

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº _____ DE 19 DE MAIO DE 2025

AUTOR – VEREADOR REAMILTON DO AUTISMO

**ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS
NA LEI MUNICIPAL Nº 3.778/2015 DE 30
DE JUNHO DE 2015.**

A CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu, **PREFEITO DE ANÁPOLIS**, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º: A ementa da Lei Municipal Nº 3.778/2015 de 30 de junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a criação de Campanha permanente de conscientização sobre o uso correto das vagas de estacionamento destinadas as pessoas idosas e pessoas com deficiência e dá outras providências.

Artigo 2º: O artigo 1º da Lei nº 3.778/2015 de 30 de junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º: Dispõe no Município de Anápolis a Campanha Educativa de conscientização denominada “Prioridade é Direito” voltada ao uso correto das vagas destinadas a pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Artigo 3º: O artigo 1º, §1º da Lei nº 3.778/2015 de 30 de junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º.

§1º. A campanha terá como objetivo a conscientização acerca dos direitos da pessoa idosa e deficiente, por meio da utilização de diversos veículos de comunicação, tais como, rádio, jornais escritos, mídias digitais (redes sociais, portais institucionais), além da distribuição de materiais impressos informativos e educativos contendo as seguintes informações;

Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,
Q 50, L 14, B. Jundiaí, Anápolis/GO
CEP: 75.110-330
anapolis.go.leg.br

Artigo 4º: O artigo 1º, §1º inciso I, da Lei nº 3.778/2015 de 30 de junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º.

§1º.

I. A porcentagem de vagas reservadas exclusivamente para veículos conduzidos por idosos ou pessoas com deficiência, bem como por aqueles que os transportam, desde que identificados com o respectivo Cartão de Estacionamento para Idoso ou para Pessoa com Deficiência (PCD), emitido pelo órgão competente.

Artigo 5º: O artigo 1º, §1º inciso II, da Lei nº 3.778/2015 de 30 de junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º.

§1º.

II. A afixação, em local de fácil visualização, do número de telefone para denúncias de uso irregular das vagas, nos estacionamentos públicos e privados, sendo de competência do Poder Executivo designar o órgão responsável pelo recebimento e apuração das denúncias, bem como manter esse número sempre atualizado e amplamente divulgado, para que os agentes competentes possam intervir e aplicar as sanções previstas na Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

Artigo 6º: O artigo 1º, §2º da Lei nº 3.778/2015 de 30 de junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º.

§2º. Os folhetos informativos poderão ser confeccionados pela iniciativa privada, ou pelo Poder Público, caso em que poderão apor neles, em espaço de até 1/6 (um sexto) de sua área, sua publicidade, respeitada a legislação em vigor.

Artigo 7º: O artigo 1º, §2º alínea “d”, da Lei nº 3.778/2015 de 30 de junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º.

[...]

§2º.

d) estacionamentos de escolas e universidades da rede pública e privada.

Artigo 8º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 9º: Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 19 de maio de 2025.



REAMILTON DO AUTISMO
VEREADOR - PODEMOS

Reamilton do Autismo
Vereador - Podemos

JUSTIFICATIVA AO PL Nº _____ DE 19 DE MAIO DE 2025

O presente Projeto de Lei tem como objetivo a modernização e ampliação da Lei Municipal nº 3.778, de 30 de junho de 2015, que instituiu a campanha educativa “Cidadania Urgente”. As alterações propostas visam tornar a legislação mais atual, clara e eficaz quanto à conscientização da população sobre o uso correto das vagas de estacionamento destinadas às pessoas idosas e pessoas com deficiência.

A primeira mudança se dá na própria ementa da lei, que passa a enfatizar a criação de uma campanha de conscientização, reforçando o caráter contínuo da iniciativa e o compromisso institucional com a garantia dos direitos desses grupos prioritários.

Em seguida, altera-se o nome da campanha para “Prioridade é Direito”, uma expressão mais direta e pedagógica, que evidencia que o uso das vagas especiais não é uma questão de gentileza, mas sim um direito legal, respaldado pelo Estatuto do Idoso, pela Lei Brasileira de Inclusão e pelo Código de Trânsito Brasileiro.

No §1º do artigo 1º, a redação é modernizada e amplia os meios de divulgação da campanha. A inclusão de mídias digitais, como redes sociais e portais institucionais, reconhece a importância dos canais contemporâneos de comunicação no alcance da população e na efetividade das campanhas educativas.

O inciso I do §1º passa a destacar que a utilização das vagas deve ser feita exclusivamente por pessoas devidamente identificadas com o Cartão de Estacionamento para Idoso ou Pessoa com Deficiência (PCD), emitido por órgão competente. Essa especificação contribui para coibir o uso indevido das vagas e fortalece os instrumentos de fiscalização.

Já o inciso II do mesmo parágrafo corrige uma lacuna importante da lei original ao estabelecer que o Poder Executivo é o responsável por definir o órgão competente para o recebimento e apuração das denúncias de uso irregular das vagas. Além disso, a nova redação determina que o número de telefone para denúncias deverá ser mantido sempre atualizado e amplamente divulgado, assegurando eficiência no atendimento e nas intervenções dos agentes responsáveis.

O §2º do artigo 1º recebe adequações de linguagem e forma. Os folhetos continuam podendo ser confeccionados tanto pelo Poder Público quanto pela iniciativa privada, com espaço restrito para publicidade, desde que observada a legislação vigente. Os adjetivos “informativos e educativos” qualificam melhor o propósito do material impresso.

Por fim, a alínea “d” do §2º é ajustada para utilizar a expressão “estacionamentos de escolas e universidades da rede pública e privada”, conferindo maior precisão e fluidez à linguagem legislativa, além de evitar construções gramaticais repetitivas ou ambíguas.

Com essas modificações, busca-se fortalecer a efetividade da legislação municipal, promover a cidadania e garantir a inclusão e o respeito às pessoas idosas e com deficiência. O projeto reflete um compromisso com a justiça social, a acessibilidade e a construção de uma cidade mais empática e consciente de seus deveres coletivos.

Sala de Sessões, 19 de maio de 2025.



REAMILTON DO AUTISMO
VEREADOR - PODEMOS

Reamilton do Autismo
Vereador - Podemos



LEI N.º 3.778, DE 30 DE JUNHO DE 2015

CRIA A CAMPANHA EDUCATIVA “CIDADANIA URGENTE”, DE RESPEITO ÀS VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA IDOSOS E DEFICIENTES, E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS aprovou e eu PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído no âmbito do Município de Anápolis a Campanha Educativa “CIDADANIA URGENTE”, de educação no trânsito quanto ao respeito às vagas de estacionamento público e privado a idosos e deficientes.

§1º. A Campanha consistirá na conscientização do direito, pela divulgação através de veículos de imprensa falada ou escrita, na distribuição de folhetos informativos e educativos sobre:

I – As necessidades e direito específicos das pessoas com mais de 60 anos e, dos portadores de necessidades especiais, para estacionamento dos veículos por elas conduzidos;

II – A fixação do número de telefone de cidadania com fácil visibilidade, nos estacionamentos públicos e privados para acesso fácil (062 - 39022699), chamando os agentes de trânsito do CMTT para a intervenção, e possível aplicação das sanções previstas na legislação Lei Federal nº 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

§2º. Os folhetos poderão ser confeccionados pela iniciativa privada, ou Poder Público, caso em que poderão apor neles, em espaço de até 1/6 (um sexto) de sua área, sua publicidade, respeitada a legislação correta em vigor.

I – Em:

- a) áreas de estacionamento público e privado;
- b) estacionamento industriais, comerciais e de serviço;
- c) eventos públicos;
- d) estacionamento escolares e públicos e privados de ensino fundamental, médio e superior;
- e) igrejas;
- f) outros locais a critério dos interessados.

Art. 2º. Esta Lei será regulamentada no prazo de até 90 (noventa) dias do início de sua vigência.

MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS, 30 de junho de 2015

JOÃO BATISTA GOMES PINTO
Prefeito de Anápolis

EDMAR SILVA
Procurador Geral do Município

PL/HO//030/2015/MIRIAN GARCIA



LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997
INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 181. Estacionar o veículo:

XX - Nas vagas reservadas às pessoas com deficiência ou idosos, sem credencial que comprove tal condição:

Infração - gravíssima;

Penalidade - multa;

Medida administrativa - remoção do veículo.

§ 1º Nos casos previstos neste artigo, a autoridade de trânsito aplicará a penalidade preferencialmente após a remoção do veículo.

§ 2º No caso previsto no inciso XVI é proibido abandonar o calço de segurança na via.



**Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,
Q 50, L 14, B. Jundiaí, Anápolis/GO
CEP: 75.110-330
anapolis.go.leg.br**